

O PROCESSO DE UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA VENEZUELA: AS MISSÕES ROBINSON, RIBAS E SUCRE

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães¹ - Professora
RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon² - Professora

1. Introdução

Este trabalho apresenta os resultados de pesquisa que teve como objetivo analisar as missões educativas, iniciadas no primeiro governo de Hugo Chávez Frias (1999-2006), na Venezuela, denominadas Missão Robinson I e II, Missão Ribas e Missão Sucre. Trata-se de uma pesquisa exploratória, cujas fontes primárias consistiram de documentos oficiais, que apresentam as políticas em questão, e observação *in loco* do processo de implementação das referidas missões. Além disso, para entender a configuração do atual Estado Venezuelano, agente que operacionaliza tais políticas, utilizamos como fontes secundárias autores daquele país que analisam o processo político em curso e as possíveis implicações no campo econômico, político e social. Por se tratar, do ponto de vista histórico, de um processo relativamente recente, uma vez que as missões se iniciaram no ano de 2003, a análise pautou-se mais na proposição da política e nos seus fundamentos do que dados empíricos de sua implementação. Nesse sentido, os resultados aqui apresentados constituem uma primeira aproximação ao objeto, sinalizando para a necessidade de continuidade do processo de investigação, trabalho que pretendemos dar continuidade em linha de investigação que estuda as políticas sociais na América Latina.

Para a apreensão desse objeto, denominado por nós de missões educativas, faz-se necessário compreender sumariamente em que termos jurídico-políticos o Estado venezuelano se assenta e quais os desdobramentos que estes dispositivos vêm permitindo, de forma mediatizada, a implementação de Políticas de Educação como as Missões Robinson I e II, Missão Ribas e a Missão Sucre que fazem parte do Sistema de Educação Bolivariano, atingindo sobretudo, a população historicamente excluída da distribuição de renda, dos benefícios sociais e do próprio acesso à formação escolar nos

¹ Doutora em Educação. Mestrado em Educação – Unioeste – Campus de Cascavel.

² Doutora em Saúde Pública. Mestre em Educação – Unioeste – Campus de Cascavel

diversos níveis de ensino.

A formatação jurídico-política do Estado venezuelano, expressa na Constituição em vigor, elaborada e confirmada em Referendo Aprobatorio, em 1999, indica, em alguns dispositivos que este Estado transita da condição de democracia representativa para a democracia participativa, e também pelas ações concretas dos poderes que o compõe. Se há elementos claros no plano do Estado, que mostram esta transição, as políticas dele emanadas também expressa esse processo. Na área da Educação, observa-se esse mesmo processo, de forma mediatizada pelas políticas de educação escolar em todos os níveis de ensino, que faz emergir um novo contrato educativo, igualitarista em colisão com o projeto neoliberal dos anos de 1990. Essas formulações seriam, no entendimento de Casanova (2006), uma volta aos ideais do republicanismo e do racionalismo laico.

O ideário igualitarista-democrático, que acompanha o imaginário dos povos do ocidente desde o século XVIII, aponta que esse ideário, essa promessa não cumprida, pode vir a se realizar em um projeto onde o Estado se oriente pelo tripé do direito, da democracia e da justiça social. Parece ser este também o pressuposto que baliza conceitualmente o atual nacionalismo bolivariano, que vale destacar, não prescinde de temas religiosos, nem de conceitos e categorias marxistas.

A seguir faremos uma rápida apreciação de alguns dispositivos constitucionais em vigor que evidenciam mudanças significativas na configuração do Estado, na Venezuela, e indicam que este transita de uma condição de Estado Democrático representativo para um Estado Democrático participativo. Essa condição de transição tem apresentado desdobramentos nas políticas públicas e na implantação das missões educativas, objeto desse estudo.

2. Uma mirada sobre o Estado bolivariano da Venezuela

Inicialmente, parece-nos fundamental destacar as mudanças que operam na letra da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, de 1999, sem, no entanto, comparar com a Carta anterior, de 1961. Nos Princípios Fundamentais da Constituição Bolivariana, em seu artigo 2º já aparece a definição de Estado: “A Venezuela se constitui em um Estado democrático e social de Direito e de Justiça”. Este entendimento de Estado tem implicações e desdobramentos jurídicos e políticos para a sociedade. A

começar pela farta utilização do conceito de participação, no qual 56 artigos da referida Constituição abordam este tema. Assim, a participação associada ao conceito de democracia, define o conceito de protagonismo do povo ao indicar no artigo 62 que a “participação do povo na formação, execução e controle da gestão pública é o meio necessário para conquistar o protagonismo que garante o completo desenvolvimento, tanto individual como coletivo”. (VENEZUELA, 2000, p.3/22). [tradução livre].

A configuração do atual Estado venezuelano, em transição, vai se consubstanciando para além dos consagrados e reconhecidos poderes até hoje vigentes do liberalismo clássico, na maioria das Nações, como o legislativo, o executivo e o judiciário. Compõe também os poderes do Estado venezuelano, o poder Cidadão e o poder Eleitoral. Em face da incorporação destes dois novos poderes, no artigo 5º da Constituição, há um redirecionamento da forma como se constitui o poder de Estado Democrático e Participativo. Nessa Carta afirma-se que “os órgãos do Estado emanam da soberania popular e a ela estão submetidos”, a soberania reside no povo, sendo intransferível. (VENEZUELA, 2000, p. 04). [tradução livre]. A Constituição estabelece ainda

Também, cabe ao Estado e à sociedade gerar as condições para o desenvolvimento, pois o povo deve ter o protagonismo no seu desenvolvimento e no desenvolvimento da Nação. Nesse sentido, a noção de desenvolvimento endógeno expressa em documentos oficiais da Venezuela confirma que o conceito de desenvolvimento endógeno, expresso na Carta venezuelana não se faz sem o desenvolvimento individual e pessoal do cidadão ou do povo que necessita comer, morar, ter saúde, educação e transporte. O que parece é que este país dá os primeiros passos na tentativa de construir de forma consistente, diferentemente de toda a sua história republicana, a integração física e econômica interna e externa que promova o desenvolvimento endógeno, apontando como mecanismos o Mercosul e a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA).

Para operacionalizar o denominado desenvolvimento endógeno, o governo Chávez, iniciou um processo de criação de condições infra-estruturais em todos os setores da economia e sociais. No setor da educação escolar, instituiu um sistema experimental de Educação denominado de “Sistema de Educação Bolivariano”, no qual as Missões educativas fazem parte e visam incluir os excluídos do Sistema Escolar tradicional, em todos os níveis de ensino.

O movimento político mais efetivo das três missões educativas Robinson I e II, Ribas e Sucre recupera, em nosso entendimento, a velha e surrada consigna liberal que nunca havia se concretizado plenamente naquele país, a igualdade de oportunidades objetivada no acesso a Escola Pública, Gratuita, Laica e Universal, apesar dos grandes avanços sociais experimentados no período de 1973 a 1983, quando os recursos advindos da exportação de petróleo permitiram altos investimentos em políticas sociais e o pagamento dos maiores salários da América Latina.

3. O histórico, e a concepção pedagógica das missões educativas.

As missões sociais bolivarianas em geral e as missões educativas em particular

Foram criadas com o objetivo de aprofundar a Revolução Bolivariana e consolidar a democracia social participativa. Estas políticas revolucionárias se orientam para saldar a enorme dívida social que arrasta a nação ao longo de décadas de esbanjamento e exclusão social, e a construir um novo Estado social. Seu propósito fundamental é enfrentar as causas e as conseqüências da pobreza e da exclusão com a participação protagônica do povo (VENEZUELA, 2006a, p.05). [tradução livre].

No início de 2003, as missões foram criadas como resposta concreta à crise econômica e política produzida pelo “Paro Empresarial”, também conhecido como “Paro sabotaje Petrolero”. Foi um movimento de paralisação liderado pela Federação dos Empresários da Venezuela (Fedecâmara), que teve a duração de quase três meses (dezembro de 2002 a fevereiro de 2003) que, em última instância, pretendia, mediante a criação de um colapso social, derrubar o presidente Chávez, já que o Golpe de 11 de abril de 2002 havia fracassado após 48 horas de duração.

As missões educativas Robinson I e II, Ribas e Sucre foram implementadas em caráter experimental e estão respaldadas na Constituição e na Lei Orgânica da Educação. A Constituição explicita que a educação é um direito humano e um dever social fundamental, é democrática, gratuita e obrigatória, “O Estado a assumirá como função indeclinável e de máximo interesse em todos os níveis e modalidades (...) e com a participação das famílias e da sociedade, promoverá o processo de educação cidadã...” (VENEZUELA, 2000, p.36). [tradução livre]. Já a Lei Orgânica da Educação assegura que o Estado deve “criar, autorizar e regulamentar institutos de experimentação docente

em todos os níveis”(VENEZUELA, 2003, p. 29). [tradução livre].

3.1 A Missão Robinson I²

A missão Robinson I iniciou em julho de 2003, constituindo-se assim na primeira das missões educativas. Lançada por meio do Plano Nacional de Alfabetização com assessoria de 70 pedagogos cubanos e a participação voluntária de mais de 100 mil facilitadores. Teve como propósito erradicar 1 milhão e 500 mil analfabetos, cujo objetivo foi logrado em um ano e meio. Esse contingente correspondeu a 9% da população de 26 milhões de habitantes. Em face do sucesso dessa política, em 28 de outubro de 2005, a Venezuela foi declarada “território livre de analfabetismo” pela UNESCO, pois naquele momento apresentava uma porcentagem inferior a 4% de analfabetos. O método pedagógico foi baseado no método “Yo sí puedo”, criado pela professora cubana Leonela Relys, que se efetiva por meio de vídeos, onde os alunos acompanham com cartilhas idênticas as das imagens, contando com a presença de facilitadores, com formação mínima de educação básica (primária) concluída. O método, fundamentado na experiência, consiste em ir do conhecido (os números) ao desconhecido (as letras) e se divide em três fases, a saber, adestramento, ensino da leitura escrita e consolidação. (CAMPANO, 2006).

3.2 A Missão Robinson II

A Missão Robinson II, como segunda fase do processo de educação escolar foi iniciada em outubro de 2003, com o objetivo de garantir os estudos básicos ou primários dos que foram alfabetizados e dos que estão excluídos da educação primária. Como estratégia pedagógica para essa fase utilizou-se o recurso audiovisual denominado “Yo sí puedo seguir”, que desenvolve um ensino relativamente rápido e flexível para ajustar-se às necessidades dos educandos. (CAMPANO, 2006).

Em meados de 2006, estavam matriculados 1,5 milhão e meio de pessoas nessa missão. Metade desse número era de egressos da Missão Robinson I e a outra metade, os que estavam excluídos da educação primária tradicional. A formação dos alunos dessa Missão se completa em dois anos e as ferramentas pedagógicas são as mesmas da Robinson I, conteúdos transmitidos por vídeos acompanhados por uma cartilha idêntica

² A denominação Robinson é uma homenagem a Simón Rodrigues, mestre de Simón Bolívar. Os alunos matriculados na missão Robinson são chamados de “Patriotas”.

com a presença de facilitadores. Essas duas missões têm também a figura do supervisor que prepara os facilitadores para a resolução de dificuldades que possam aparecer no decorrer das aulas.

3.3 A Missão Ribas³

A Missão Ribas destina-se aos aspirantes a bacharéis (graduação). Na Resolução nº 47 de 2004 do Ministério de Educação e Desportes está colocado que o Plano Extraordinário “José Felix Ribas” ou Missão Ribas, tem como objetivo central “garantir a continuidade de estudos àqueles (as) que não conseguiram ingressar ou terminar seus estudos desde a terceira etapa do nível de educação básica até o nível de educação média diversificada ou profissional”. (VENEZUELA, 2004, p. 3). [tradução livre].

Esta Missão foi iniciada em novembro de 2003, e no final de 2005 se formaram 168 mil alunos, parte desses alunos se incorporou à Missão Sucre. Em meados de 2006 a Missão Ribas contava com 700 mil participantes, em todo o território nacional. Da mesma forma que nas missões anteriores, as ferramentas pedagógicas utilizadas em lições transmitidas por vídeo tem um correspondente em cartilhas e cadernos de exercícios da disciplina estudada, sempre acompanhados de facilitadores. Sua estrutura pedagógica se baseia no perfil que se espera construir dos educandos, nos processos ou dimensões educativas e nos componentes curriculares. O perfil do educando que a Missão pretende ajudar a desenvolver é de um novo sujeito histórico, um “republicano bolivariano”, capaz de “valorizar a si mesmo e a sua comunidade para viver na democracia de forma protagônica e co-responsável nos marcos do ideário Bolivariano. Com uma visão holística e em harmonia com o ambiente para a construção de uma sociedade de boa convivência, solidária, de justiça e por fim de paz” (VENEZUELA, s/d, p.2) [tradução livre].

Os componentes curriculares se organizam mediante a inter-relação de áreas do conhecimento à formação da cidadania nos marcos da “Refundação da República”, ao componente comunitário e sócio-laboral e à orientação laboral. Os temas macro de formação da cidadania nos marcos da “Refundação da República” são: identidade e

³ Ribas foi um militar que participou das lutas pela libertação da Venezuela e venceu uma batalha importante para o processo de emancipação do país, por isso os alunos que integram a missão Ribas são chamados de “vencedores”.

soberania, cidadania e participação, direitos humanos, novo Estado e educação ambiental. Os temas constitutivos de todo o programa são: Filosofia Humanista, Ideário Bolivariano (princípios de cooperação, solidariedade, convivência, bem-comum, unidade, autodeterminação e integração), Constituição da República Bolivariana da Venezuela, Linhas Gerais do Plano de Desenvolvimento de 2001-2007, Desenvolvimento Endógeno soberano e sustentável.

O sistema de avaliação está fundado na descrição e valoração de competências e capacidades humanas no conhecer, fazer, ser e conviver, por meio da autoavaliação, da co-avaliação e da heteroavaliação realizadas nas chamadas assembléias de avaliação, as quais possibilitam, também, desenvolver processos de formação para a participação protagônica. As quatro dimensões de ser, conhecer, fazer e conviver são definidas como: ser (social e solidário); conhecer (conteúdos conceituais, processos cognitivos e metacognitivos a desenvolver); fazer (aplicação e transferência de conhecimento para outras situações da vida); conviver (relações humanas de apoio mútuo e busca do bem comum).

3.4 A Missão Sucre⁴

A Missão Sucre fecha o ciclo de formação da educação escolar para aqueles setores da população que não tiveram e não tem oportunidade de acesso ao ensino superior. Esta Missão foi criada em julho de 2004, concomitante a abertura da Universidade Bolivariana de Venezuela, que garante todo o processo legal de titulação dos formados em Técnico do Ensino Superior e Bacharelado. Em agosto de 2006 oferecia seus cursos a 500 mil venezuelanos, sendo eles Agroecologia, Arquitetura, Estudos Políticos, Gestão em Saúde Pública, Informática para a Gestão Social, Comunicação Social, Estudos Jurídicos, Gestão Ambiental, Gestão social para o Desenvolvimento Local, Medicina Integral Comunitária, Formação de Professores. A escolha inicial destes cursos se pautou pela pertinência social, isto é, na possibilidade de os projetos desenvolvidos e os profissionais formados poderem intervir na comunidade, na direção de resolução dos problemas, rompendo assim, com a estrutura tradicional dos cursos nas duas maiores

⁴ Sucre é um herói da independência da Venezuela e os alunos que estudam nessa missão são chamados de “triunfadores”, tanto pelo significado do triunfo na luta pela libertação como, agora, pelo fato de os alunos conseguirem atingir o terceiro nível de formação educacional.

universidades da Venezuela: a Universidade Central da Venezuela e a Universidade Simón Bolívar.

Diferentemente das outras duas missões que trabalham somente com vídeos e facilitadores, a Missão Sucre, no caso do Programa de Formação de Educadores e Educadoras, existe a presença do professor-assessor, que ministra todas as disciplinas e a presença do professor-tutor, que “acolhe” os alunos nas escolas, orientando-os na elaboração de projetos de intervenção, na própria escola, e na comunidade. Tais projetos visam à resolução dos problemas de natureza escolar-pedagógica da comunidade onde o aluno escolheu desenvolver suas atividades. Os projetos precisam comprovar sua pertinência social e, para isso, são discutidos em espaços de participação comunitária como os “conselhos comunais”.

A concepção orientadora do referido Programa, como nas outras duas missões, se pauta no enfoque dialético associado aos quatro pilares do relatório de Jacques Delors para a UNESCO.

(...) o Programa assume os pilares fundamentais para a educação do século XXI definidos pela UNESCO em 1997: **“aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a conviver”, e “aprender a ser”,** como referências para responder as exigências da Educação Bolivariana. (VENEZUELA, 2006b, p.8). [grifos do autor] [tradução livre].

Identificou-se que as bases teórico-metodológicas das três missões estudadas estão fundamentadas numa leitura do referido Relatório da UNESCO, denominado “Educação: um tesouro a descobrir”, publicado em 1996. A estratégia pedagógica está centrada no aprender fazendo e se concretiza por meio de projetos de aprendizagem a serem realizados em aula e parte na comunidade. Esse pressuposto, do aprender fazendo, que atravessa as orientações didático-pedagógicas das três missões, vinculando educação e trabalho também está inscrita na Constituição em seu artigo 3º, ao afirmar que “A educação e o trabalho são os processos fundamentais para alcançar os fins propostos” do Estado. (VENEZUELA, 2000, p.03).

4. Considerações finais

A configuração do Estado Venezuelano (1999-2006), em transição, está centrada em

determinados conceitos que orientam jurídica e politicamente esta nação a partir do final da década de 1990. Esses conceitos que emolduram a nova face deste Estado democrático e social de direito e de justiça nos parece que vem se concretizando em uma nova estrutura social, avançando aceleradamente na construção de um novo modelo democrático de participação popular, e promovendo uma diferente institucionalidade do aparato do Estado. Esses elementos políticos estão fundados e articulados, de forma ímpar, ao desenvolvimento endógeno que vem alimentando e realimentando todos os canais abertos de participação do povo na direção necessária de diversificar a economia venezuelana tirando-a da sua histórica missão de importadora de 70% dos produtos consumidos internamente, e exportadora de petróleo.

O processo de diversificação da economia permite ao governo Chávez ampliar cada vez mais suas relações internacionais com novos aliados em outras esferas geopolíticas, com os países da América Latina, e, particularmente impulsionando novas relações comerciais, políticas e culturais no MERCOSUL. Mas é preciso destacar neste trabalho que a partir do início do segundo mandato de Chávez (janeiro de 2007), algumas indicações políticas deste governo, propagadas pela imprensa escrita, podem acelerar um modelo produtivo rumo a um novo sistema econômico onde haverá quatro formas de propriedade: estatal, mista, privada e social.

Sem desconsiderar os dados que revelam avanços significativos no que diz respeito à inclusão de enormes contingentes de pessoas que se encontravam alijadas do sistemas social, econômico e educacional até então, na Venezuela, é preciso chamar a atenção para algumas debilidades, observadas empiricamente, em diálogo com atores do processo, e intelectuais que estudam essa realidade. A crítica que vem sendo feita, centra-se em algumas questões como a qualidade do ensino ministrado, sobretudo no âmbito da Missão Ribas e Sucre, em face da forma precária de seleção dos docentes e da baixa remuneração percebida; da assimilação de pressupostos liberais como fundamento do novo projeto educacional bolivariano; e das estratégias pedagógicas e metodológicas de ensino-aprendizagem, que suprimem a figura do professor, como alguém que deve transmitir conhecimentos, transformando-o num facilitador do processo.

Com os dados apresentados ao longo do texto que evidenciam a utilização nas Missões

educativas de vídeos e facilitadores como ferramentas pedagógicas para ensinar uma grande massa de jovens e adultos de todas as idades, a questão a ser levantada e que precisará ser investigada nesse processo é se em países periféricos, como a Venezuela, haveria outra alternativa para guindar, jovens, homens e mulheres num espaço curto de tempo, da condição de não letrados e de formação incompleta para a condição de possuidores dos códigos da leitura e da escrita, enfim, para o acesso aos códigos da modernidade e da promessa liberal da cidadania?

Referências

CAMPANO, E.M. **Qué es y hacia dónde va la Revolución Bolivariana?** Caracas: IMMECA/Imprenta de Mérida, C.A., 2006.

CASANOVA, R. **Venezuela después del Liberalismo: de los consensos de la reforma de los años noventa a un nuevo contrato educativo?** (mimeo). 2006

MAYA, M.L. **Del viernes negro al referendo revocatorio.** Caracas: Alfadil Ediciones, 2005.

VENEZUELA. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela.** Gaceta Oficial extraordinario nº 5.453, 24 de mar. 2000.

VENEZUELA. **Lei Organica de educación con su Reglamento.** Gaceta Oficial extraordinario nº 5662 de 24 de septiembre. 2003.

VENEZUELA. **Misión Ribas:** política educativa de la Misión José Félix Ribas. Nueva etapa. Caracas: s/d. [documento 1].

VENEZUELA. **Misiones Bolivarianas.** Caracas: Ministério de Comunicación e Información. 2006a. (Colección Temas de Hoy).

VENEZUELA. **Programa Nacional de Formación de Educadores y Educadoras – PNFED,** Caracas: coordinación de ediciones de publicaciones - UBV 2006b.